POC Porto Santo

FASE 4_Discussão pública e Relatório de Ponderação

Volume IV – Programa de Execução e Plano de Financiamento

Outubro 2019

versão discussão pública

Região Autónoma da Madeira
Governo Regional

Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais
Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente

Quaternaire Portugal

ÍNDICE GERAL DE VOLUMES

Volume I – Programa da Orla Costeira do Porto Santo

Volume II – Relatório do Programa

Volume III – Relatório Ambiental

Volume IV – Programa de Execução e Plano de Financiamento

Volume V – Classificação e Programação de Praias Marítimas

Anexo:

Proposta de Regulamento da Gestão do Domínio Hídrico da Orla Costeira do Porto Santo

versão discussão pública

Página propositadamente deixada em branco

versão discussão pública

INDICE DO VOLUME IV

1. INTRODUÇÃO 3

2. PROGRAMA DE EXECUÇÃO 5

2.1. Rede de objetivos e medidas 5

2.2. Distribuição do investimento por objetivo estratégico 7

2.3. Programação temporal 8

3. PLANO DE FINANCIAMENTO 11

3.1. Responsabilidades na execução dos projetos 11

3.2. Fontes de financiamento 12

versão discussão

Página propositadamente deixada em branco

versão discussão pública

EQUIPA TÉCNICA

Técnicos	Formação	Funções
Prof. Fernando Veloso Gomes	Engenharia Civil / Hidráulica aplicada	**Coordenação do Programa** Hidráulica marítima Recursos hídricos Saneamento
Arqt.ª Paisag Ana Barroco	Arquitetura Paisagista	**Coordenação executiva** Qualidade Ambiental Cenários de desenvolvimento Programa de Intervenções e Plano de financiamento
Prof. Paulo Santos	Biologia, com especialidade em ecologia animal	Biologia marinha / Ecologia
Prof. Francisco Barreto Caldas	Biologia	Biologia terrestre / Ecologia
Eng. Nuno Cruz	Geologia / Geotecnia	Geologia
Prof. Paulo Silva	Ciências geofísicas, com especialidade em Oceanografia física	Oceanografia
Prof. Alfredo Rocha	Física / Meteorologia	Climatologia
Dr. Daniel Miranda	Geografia	Geografia
Eng. Joaquim Barbosa	Engenharia do Ambiente, com especialidade em Dinâmica costeira	Avaliação Ambiental Estratégica Dinâmica costeira Sistemas de Informação Geográfica
Eng.ª Ana Galego	Engenharia Geográfica	Sistema de Informação Geográfica
Arqt.º Paisag. Rui Figueiredo	Arquitetura Paisagista	Paisagem Zonas Balneares Sistema de Informação Geográfica Sistema de participação
Arqtª Susana Magalhães	Arquitetura e Planeamento Urbano	Aglomerados Urbanos Acessibilidades e transportes Atividades Económicas e Demografia Turismo e Cultura
Dr.ª Carla Melo	Biologia	Avaliação Ambiental Estratégica
Dr. João Miranda	Direito	Sistema jurídico

Página propositadamente deixada em branco

versão discussão pública

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório, denominado Programa de Execução e Plano de Financiamento, apresenta de forma sistematizada os projetos de intervenção propostos no âmbito do modelo de ordenamento e desenvolvimento definido para o POC_PortoSanto.

A partir das opções estratégicas associadas ao Modelo Territorial, e das normas de execução que corporizam a Visão e os objetivos definidos, são identificados os projetos estruturantes que concretizam ou complementam as propostas definidas.

Assim, no capítulo 2 apresenta-se o programa de execução que contém o conjunto de objetivos, medidas e projetos cuja caracterização é apresentada nas fichas que constam do Anexo ao presente relatório, assim como a distribuição do investimento por objetivo e no tempo.

No capítulo 3 é apresentado o plano de financiamento com a distribuição do investimento por entidade e uma identificação preliminar das fontes de financiamento.

versão discussão pública

Página propositadamente deixada em branco

versão discussão pública

2. PROGRAMA DE EXECUÇÃO

2.1. Rede de objetivos e medidas

Em consonância com enquadramento prospetivo e os princípios estratégicos definidos no âmbito do POC_PortoSanto, a rede de objetivos, medidas e projetos é constituída por:

- **5 Objetivos** – que resultam da identificação das apostas subjacentes ao modelo territorial proposto, definidas com base nas especificidades da área de intervenção e na missão da concretização dos objetivos estabelecidos;
- **11 Medidas** – que traduzem as propostas de intervenção, podendo abranger tipologias de ações distintas, tais como ações de monitorização, estudos ou recomendações;
- **37 Projetos** – que refletem o conjunto de intervenções propostas associada a cada medida.

Na tabela seguinte apresenta-se a rede de objetivos, medidas e projetos propostos.

Tabela 2.1. Rede de medidas e projetos por objetivo estratégico

Obj_01	**Assegurar a proteção e valorização dos recursos e do património cultural, natural e paisagístico**
Medida 1.1	Proteger e valorizar os recursos naturais, culturais e paisagísticos
Projeto 1.1.1	Promoção de ações de recuperação e valorização do coberto vegetal associado aos corredores ripários e às arribas e vertentes
Projeto 1.1.2	Divulgação de incentivos e sensibilização das populações para a necessidade de valorização do coberto vegetal com cortes seletivos e substituição por autóctones
Projeto 1.1.3	Promoção de um programa de recolha seletiva de resíduos das zonas costeira como contributo à melhoria das condições de salubridade e da paisagem
Medida 1.2	Garantir a articulação e gestão integrada com as áreas de especial interesse natural, cultural e paisagístico
Projeto 1.2.1	Acompanhamento das ações do Plano de Ordenamento e Gestão da Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo de forma a garantir a integração e articulação dos objetivos comuns
Projeto 1.2.2	Acompanhamento das ações do GEOPARQUE de Porto Santo, de forma a garantir a integração e articulação com os princípios e objetivos inerentes à sua classificação
Medida 1.3	Promover o uso sustentável dos recursos hídricos
Projeto 1.3.1	Sensibilização da população em relação à necessidade de promover o uso sustentável da água
Projeto 1.3.2	Acompanhamento da evolução dos consumos e das necessidades de água tendo em consideração o desenvolvimento previsto, nomeadamente no setor do turismo
Projeto 1.3.3	Incremento da fiscalização dos potenciais de focos poluidores na orla costeira e a monitorização dos sistemas de saneamento, quer do municipal quer dos privados
Obj_02	**Prevenir e reduzir as situações de riscos costeiros, os impactes ambientais, sociais e económicos e a vulnerabilidade às alterações climáticas**
Medida 2.1	Reforçar as condições do sistema dunar fronteiro
Projeto 2.1.1	Reposição do cordão dunar nas situações previstas
Projeto 2.1.2	Alimentação artificial das praias
Projeto 2.1.3	Eliminação de obstáculos à dinâmica natural do sistema dunar

Consulta pública

Medida 2.2	Promover a monitorização da área de intervenção
Projeto 2.2.1	Monitorização geotécnica de arribas e vertentes
Projeto 2.2.2	Monitorização das faixas de salvaguardada aos riscos costeiros (erosão e galgamentos e inundação)
Projeto 2.2.3	Aprofundamento dos estudos para a definição das faixas de salvaguardada aos riscos costeiros (erosão e galgamentos e inundação)
Projeto 2.2.4	Monitorização da qualidade ecológica e ambiental
Projeto 2.2.5	Monitorização do domínio hídrico marítimo, das praias marítimas e das construções
Medida 2.3	Promover ações de sensibilização sobre as situações de risco
Projeto 2.3.1	Realização de campanhas de sensibilização sobre as áreas de risco na zona costeira
Projeto 2.3.2	Sinalização das faixas de risco nos acessos à orla costeira
Projeto 2.3.3	Criação de mecanismo de alerta para situações de risco
Obj_03	**Valorizar os usos e atividades costeiras e qualificar as praias marítimas enquanto ativo natural, social e económico**
Medida 3.1	Concretizar os planos de praias
Projeto 3.1.1	Requalificação da praia tipo I
Projeto 3.1.2	Requalificação das praias tipo II
Projeto 3.1.3	Requalificação das praias tipo III
Projeto 3.1.4	Requalificação das praias tipo IV
Obj_04	**Promover o desenvolvimento sustentável da orla costeira através de uma abordagem prospetiva, dinâmica e adaptativa, que fomente a sua competitividade enquanto espaço produtivo, gerador de riqueza e emprego**
Medida 4.1	Incentivar o desenvolvimento de atividades e usos diversificados específicos da orla costeira
Projeto 4.1.1	Promover o desenvolvimento de atividades de recreio e desportos náuticos diversificados
Projeto 4.1.2	Promover o desenvolvimento de rotas turísticas assentes no património natural que potenciem a interface terra-mar
Projeto 4.1.3	Incentivar o desenvolvimento da agricultura biológica
Projeto 4.1.4	Acompanhamento e articulação das Ações 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3 com projetos de Custódia do Território em desenvolvimento na RAM
Projeto 4.1.5	Acompanhar a revisão do Plano de Ordenamento do Porto
Medida 4.2	Promover a qualidade de vida da população
Projeto 4.2.1	Requalificação da frente urbana de Vila Baleira
Projeto 4.2.2	Promover a elaboração de PMOT para a frente marítima não regulamentada pelo atual PDM
Projeto 4.2.3	Ampliar a rede clicável e incentivar os modos suaves de circulação
Projeto 4.2.4	Promover uma rede de transportes públicos
Obj_05	**Assegurar a integração de políticas e de instrumentos de gestão territorial num quadro de governança partilhada deviamente monitorizado**
Medida 5.1	Garantir a articulação e integração do POC_PortoSanto nos restantes instrumentos de gestão territorial
Projeto 5.1.1	Articular e assegurar a transposição das diretivas do POC_PortoSanto para os PMOT
Projeto 5.1.2	Articular e assegurar a transposição das diretivas do POC_PortoSanto para os restantes instrumentos de política
Medida 5.2	Incentivar a gestão integrada e partilhada da orla costeira

Projeto 5.2.1	Constituição de uma estrutura de missão para a monitorização do POC_PortoSanto
Projeto 5.2.2	Promoção de um grupo intersectorial para a gestão integrada e partilhada da orla costeira do Porto Santo
Projeto 5.2.3	Promoção de protocolos de cooperação institucional

A cada medida corresponde uma **Ficha** (anexo) que inclui, para além da descrição dos diversos projetos que lhe estão associados, os seguintes descritores:

- Descritores gerais da medida:
  - **Identificação do objetivo** estratégico associado;
  - Estimativa orçamental – correspondendo ao custo global estimado para a concretização dos diferentes projetos associados à medida, identificando a componente de investimento a curto prazo e a médio/longo prazo.

- Descritores de cada projeto:
  - **Identificação do projeto**;
  - **Âmbito territorial** – localização do projeto identificando o âmbito territorial – município/ lugar;
  - **Observações** – aspetos complementares a considerar à sua concretização;
  - **Entidade líder** – identifica a entidade promotora, responsável pelo processo de concretização física e financeira do projeto;
  - **Parceiros** - indica as entidades envolvidas no processo de execução do projeto;
  - **Prioridade** – indica o grau da urgência da concretização do projeto no conjunto das intervenções definidas para as apostas associadas, tendo em consideração o faseamento do financiamento: I – curto prazo (3 primeiros anos), II – médio/longo prazo (de 4 a 10 anos);
  - **Estimativa orçamental** – corresponde ao custo global estimado para a concretização do projeto, identificando a componente de investimento a curto prazo e a médio/longo prazo.

A identificação das fontes de financiamento passíveis de serem utilizadas pelos diferentes projetos é apresentada no capítulo 3, onde se identificam as fontes de financiamento e os projetos elegíveis.

2.2. Distribuição do investimento por objetivo estratégico

A programação financeira do Programa de Execução do POC_PortoSanto é suportada numa estimativa orçamental para cada um dos projetos. Em termos gerais, os montantes de investimento que se apresentam foram calculados com base em valores de referência, de acordo com os dados facultados pelas entidades responsáveis pela execução dos projetos ou considerando projetos semelhantes anteriormente executados.

Na tabela seguinte apresenta-se uma síntese do total de investimentos associados a cada projeto por objetivo estratégico.

Versão discussão pública

Tabela 2.2. Distribuição do investimento por objetivo e medida

		estimativa orçamental
Obj_01	**Assegurar a proteção e valorização dos recursos e do património cultural, natural e paisagístico**	**156 000,00 €**
Medida 1.1	Proteger e valorizar os recursos naturais, culturais e paisagísticos	**61 000,00 €**
Medida 1.2	Garantir a articulação e gestão integrada com as áreas de especial interesse natural, cultural e paisagístico	**75 000,00 €**
Medida 1.3	Promover o uso sustentável dos recursos hídricos	**20 000,00 €**
Obj_02	**Prevenir e reduzir as situações de riscos costeiros, os impactes ambientais, sociais e económicos e a vulnerabilidade às alterações climáticas**	**4 200 000,00 €**
Medida 2.1	Reforçar as condições do sistema dunar fronteiro	**3 500 000,00 €**
Medida 2.2	Promover a monitorização da área de intervenção	**525 000,00 €**
Medida 2.3	Promover ações de sensibilização sobre as situações de risco	**175 000,00 €**
Obj_03	**Valorizar os usos e atividades costeiras e qualificar as praias marítimas enquanto ativo natural, social e económico**	**461 570,00 €**
Medida 3.1	Concretizar os planos de praias	**461 570,00 €**
Obj_04	**Promover o desenvolvimento sustentável da orla costeira através de uma abordagem prospetiva, dinâmica e adaptativa, que fomente a sua competitividade enquanto espaço produtivo, gerador de riqueza e emprego**	**2 590 000,00 €**
Medida 4.1	Incentivar o desenvolvimento de atividades e usos diversificados específicos da orla costeira	**190 000,00 €**
Medida 4.2	Promover a qualidade de vida da população	**2 400 000,00 €**
Obj_05	**Assegurar a integração de políticas e de instrumentos de gestão territorial num quadro de governança partilhada deviamente monitorizado**	**25 000,00 €**
Medida 5.1	Garantir a articulação e integração do POC_PortoSanto nos restantes instrumentos de gestão territorial	**- €**
Medida 5.2	Incentivar a gestão integrada e partilhada da orla costeira	**25 000,00 €**
TOTAL		**7 432 570,00 €**

De um investimento total previsto de aproximadamente 7,4 milhões de euros, as medidas com maior peso são a 2.1 - Reforçar as condições do sistema dunar fronteiro e a 4.2 - Promover a qualidade de vida da população, às quais corresponde cerca de 80% do valor total do investimento.

2.3. Programação temporal

O horizonte temporal definido para programa de execução do POC_PortoSanto é de 10 anos, prolongando-se desde 2019 (inclusive) até 2028.

O faseamento da operacionalização do programa tem por base os seguintes critérios:

- Os projetos de prioridade mais elevada devem ser as que apresentam uma maior relevância estratégica para a prossecução dos objetivos do POC_PortoSanto;

- O encadeamento temporal da execução dos projetos deve considerar as interdependências e complementaridade entre algumas tipologias de ação;
- Pretende-se assegurar uma distribuição temporal do investimento relativamente equilibrada, ajustada às reais condições de financiamento público.

A prioridade é definida com base nas intervenções estruturantes, consideradas na programação prevista como essenciais ao cumprimento dos objetivos do programa, nomeadamente:

- **Prioridade I** (curto prazo) – projetos com maior relevância para a concretização dos 5 objetivos estratégicos do POC_PortoSanto, nomeadamente os que visam responder a problemas que concorrem para um menor aproveitamento do potencial económico e social das praias, ou os projetos que pela sua reduzida dimensão financeira ou complexidade técnica poderão ser operacionalizados rapidamente;
- **Prioridade II** (médio/longo prazo) – projetos que, não sendo considerados prioritários, são fundamentais para a prossecução de alguns dos objetivos do POC_PortoSanto e aqueles cuja execução depende de projetos integrados no grau de prioridade I.

A maioria dos projetos (27) tem prioridade I ainda que uma parte significativa destes (18) tenha execução prevista até ao horizonte do programa. Tal situação justifica uma afetação de 36% do valor do investimento ao curto prazo, contra 64% no médio/longo prazo, donde resulta uma distribuição pelo horizonte de 10 anos relativamente equilibrada (média anual de 800 a 900 mil euros). Na prioridade II encontram-se 10 projetos.

A Tabela 2.3 apresenta o cronograma de execução dos projetos que constituem o Programa de Execução do POC_PortoSanto, organizadas por objetivo estratégico e medida, incluindo a distribuição dos investimentos no horizonte de 10 anos, com base no grau de prioridade definido.

versão discussão pública

Tabela 2.3. Distribuição temporal dos projetos

		curto prazo	médio/longo prazo
Obj_01	Assegurar a proteção e valorização dos recursos e do património cultural, natural e paisagístico		
Medida 1.1	Proteger e valorizar os recursos naturais, culturais e paisagísticos		
Projeto 1.1.1	Promoção de ações de recuperação e valorização do coberto vegetal associado aos corredores ripários e às arribas e vertentes		
Projeto 1.1.2	Divulgação de incentivos e sensibilização das populações para a necessidade de valorização do coberto vegetal com cortes seletivos e substituição por autóctones		
Projeto 1.1.3	Promoção de um programa de recolha periódica de resíduos das zonas costeira como contributo à melhoria da paisagem		
Medida 1.2	Garantir a articulação e gestão integrada com as áreas de especial interesse natural, cultural e paisagístico		
Projeto 1.2.1	Acompanhamento das ações do Plano de Ordenamento e Gestão da Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo de forma a garantir a integração e articulação dos objetivos comuns		
Projeto 1.2.2	Acompanhamento das ações do GEOPARQUE de Porto Santo, de forma a garantir a integração e articulação com os princípios e objetivos inerentes à sua classificação		
Medida 1.3	Promover o uso sustentável dos recursos hídricos		
Projeto 1.3.1	Sensibilização da população em relação à necessidade de gerir de uma forma sustentável o uso da água		
Projeto 1.3.2	Acompanhamento da evolução das necessidades de água para consumo tendo em consideração o desenvolvimento previsto, nomeadamente no setor do turismo		
Projeto 1.3.3	Incremento da fiscalização dos potenciais de focos poluidores na orla costeira e a monitorização dos sistemas de saneamento, quer do municipal quer dos privados		
Obj_02	Prevenir e reduzir as situações de riscos costeiros, os impactes ambientais, sociais e económicos e a vulnerabilidade às alterações climáticas		
Medida 2.1	Reforçar as condições do sistema dunar fronteiro		
Projeto 2.1.1	Reposição do cordão dunar nas situações previstas		
Projeto 2.1.2	Alimentação artificial das praias		
Projeto 2.1.3	Eliminação de obstáculos à dinâmica natural do sistema dunar		
Medida 2.2	Promover a monitorização da área de intervenção		
Projeto 2.2.1	Monitorização geotécnica de arribas e vertentes		
Projeto 2.2.2	Aprofundamento dos estudos para a definição das faixas de salvaguardada aos riscos costeiros (erosão e galgamentos e inundação)		
Projeto 2.2.3	Monitorização do regime de agitação marítima		
Projeto 2.2.4	Monitorização da qualidade ecológica e ambiental		
Projeto 2.2.5	Monitorização do domínio hídrico marítimo, das praias marítimas e das construções		
Medida 2.3	Promover ações de sensibilização sobre as situações de risco		
Projeto 2.3.1	Realização de campanhas de sensibilização sobre as áreas de risco na zona costeira		
Projeto 2.3.2	Sinalização das faixas de risco nos acessos à orla costeira		
Projeto 2.3.3	Criação de mecanismo de alerta para situações de risco		
Obj_03	Valorizar os usos e atividades costeiras e qualificar as praias marítimas enquanto ativo natural, social e económico		
Medida 3.1	Concretizar os planos de praias		
Projeto 3.1.1	Requalificação da praia tipo I		
Projeto 3.1.2	Requalificação das praias tipo II		
Projeto 3.1.3	Requalificação das praias tipo III		
Projeto 3.1.4	Requalificação das praias tipo IV		
Obj_04	Promover o desenvolvimento sustentável da orla costeira através de uma abordagem prospetiva, dinâmica e adaptativa, que fomente a sua competitividade enquanto espaço produtivo, gerador de riqueza e emprego		
Medida 4.1	Incentivar o desenvolvimento de atividades e usos diversificados específicos da orla costeira		
Projeto 4.1.1	Promover o desenvolvimento de atividades de recreio e desportos náutico diversificados		
Projeto 4.1.2	Promover o desenvolvimento de rotas turísticas assentes no património natural que potenciem a interface terra-mar		
Projeto 4.1.3	Incentivar o desenvolvimento da agricultura biológica		
Projeto 4.1.4	Acompanhamento e articulação das Ações 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3 com projetos de Custódia do Território em desenvolvimento na RAM		
Projeto 4.1.5	Acompanhar a revisão do plano de ordenamento do porto		
Medida 4.2	Promover a qualidade de vida da população		
Projeto 4.2.1	Requalificação da frente urbana de Vila Baleira		
Projeto 4.2.2	Promover a elaboração de PMOT para a frente marítima não regulamentada pelo atual PDM		
Projeto 4.2.3	Ampliar a rede clicável e incentivar os modos suaves de circulação		
Projeto 4.2.4	Promover uma rede de transportes públicos		
Obj_05	Assegurar a integração de políticas e de instrumentos de gestão territorial num quadro de governança partilhada deviamente monitorizado		
Medida 5.1	Garantir a articulação e integração do POC nos restantes instrumentos de gestão territorial		
Projeto 5.1.1	Articular e assegurar a transposição das diretivas do POC para os PMOT		
Projeto 5.1.2	Articular e assegurar a transposição das diretivas do POC para os restantes instrumentos de política		
Medida 5.2	Incentivar a gestão integrada e partilhada da orla costeira		
Projeto 5.2.1	Constituição de uma estrutura de missão para a monitorização do POC		
Projeto 5.2.2	Promoção de um grupo intersectorial para a gestão integrada e partilhada da orla costeira do Porto Santo		
Projeto 5.2.3	Promoção de protocolos de cooperação institucional		

versão discussão pública

3. PLANO DE FINANCIAMENTO

O regime legal que enquadra a elaboração do POC_PortoSanto estabelece que este instrumento de gestão territorial integra obrigatoriamente um programa de execução e um plano de financiamento. Estes dois elementos assumem uma grande relevância pelo carácter eminentemente operacional deste tipo de instrumentos, devendo indicar o conjunto de ações necessárias para levar a cabo a execução do Programa, bem como a respetiva descrição, escalonamento temporal, orçamento e fonte de financiamento das ações propostas.

Conforme apresentado no capítulo anterior, o POC_PortoSanto propõe a concretização de 37 projetos que representam um volume total de investimento de 7,4 milhões de euros, dos quais 66% são de responsabilidade da administração regional (cerca de 4,9 milhões de euros) e 34% de responsabilidade municipal.

Tratando-se de um documento de natureza operacional, o plano de financiamento identifica as opções de financiamento das ações propostas no POC_PortoSanto, desenvolvendo uma análise da distribuição temporal do investimento ao longo do horizonte de execução do programa e fazendo uma referência às fontes de financiamento.

3.1. Responsabilidades na execução dos projetos

A maior parte do investimento previsto no POC_PortoSanto é da competência da DROTA, correspondendo a 64% do valor total do investimento e a um conjunto de 21 projetos. A segunda entidade com maior peso na distribuição do investimento é a Câmara Municipal de Porto Santo, correspondendo a 34% do valor total do investimento e a um conjunto de 7 projetos. Um valor residual do total do investimento (cerca de 2%) está associado a 5 projetos da responsabilidade de outras entidades.

Tabela 3.1. Distribuição do investimento por entidade

Entidades com responsabilidade na implementação dos projetos	valor	nº proj
DROTA - Direção Regional de Ordenamento do Território e Ambiente da RAM	**4 727 570,00 €**	**26**
CM – Câmara Municipal do Porto Santo	**2 550 000,00 €**	**7**
APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.	**40 000,00 €**	**1**
IFCN - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas da Madeira	**15 000,00 €**	**2**
SRPC - Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM	**100 000,00 €**	**1**
TOTAL	**7 432 570,00 €**	**37**

Importa, contudo, salientar que os 5 projetos enquadrados na medida 3.1 - Concretizar os planos de praias, e aos quais se associa um valor aproximado de 500.000€, podem ter o seu montante ser reduzido no âmbito da negociação dos contratos de concessão com a CMPS e os concessionários.

Versão discussão pública

Sem prejuízo do envolvimento de outras entidades, nas fichas de projeto são ainda identificadas as parcerias que se consideram mais pertinentes para a concretização de cada projeto, nomeadamente as seguintes:

- Associações não Governativas;
- Escolas;
- Geoparque de Porto Santo;
- Concessionários;
- Capitania;
- Direção Regional do Turismo;
- Direção Regional da Agricultura;
- Agentes turísticos privados, privados e população em geral.

3.2. Fontes de financiamento

Os projetos a concretizar no domínio do POC_PortoSanto têm na sua promoção diversos agentes, com âmbitos de atuação distintos, aos quais cabem, naturalmente, fontes de financiamento também distintas.

As fontes de financiamento identificadas no Programa de Execução do POC_PortoSanto encontram-se, maioritariamente, associadas aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), designadamente os seguintes programas:

- Madeira 14-20 – Programa Operacional da Região Autónoma da Madeira;
- Programa Operacional para a Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos;
- Programa MAC 20142020;
- Portugal 2030.

O **Programa Operacional da Região Autónoma da Madeira** para o período 2014-2020 encontra-se estruturado em 11 eixos prioritários, destacando-se os seguintes eixos com maior potencial de financiamento de uma parte significativa das ações do POC_PortoSanto:

- Eixo 4 – Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores;
- Eixo 5 – Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos;
- Eixo 10 – Reforçar a capacidade institucional e a eficiência da Administração Pública.

A tabela seguinte identifica as ações elegíveis no contexto de cada um dos referidos eixos, organizadas segundo as prioridades de investimento, identificando-se aquelas que apresentam maior proximidade às ações dos POC_PortoSanto.

versão discussão pública

Tabela 3.2. Síntese do potencial de financiamento do Programa Madeira 2014-2020

Eixos prioritários	Prioridades de investimento	Ações elegíveis
Eixo 4	Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação (4e)	▪ Investimentos em operações integradas nos transportes urbanos públicos coletivos de passageiros, devidamente enquadradas em planos de mobilidade sustentável, visando melhorar a atratividade do transporte público face ao privado e reduzir as emissões de CO2; ▪ Investimentos em infraestruturas de utilização pública, devidamente enquadradas em planos de mobilidade urbana sustentável, para promover nomeadamente modos suaves não motorizados;
Eixo 5	Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (6c)	▪ Investimentos na reabilitação de novas infraestruturas e ações de promoção de bens histórico-culturais e áreas naturais com elevado interesse turístico; ▪ Ações de promoção de património cultural marítimo, em articulação com iniciativas ligadas à náutica de lazer e atividades subaquáticas, nomeadamente a criação de percursos subaquáticos para a prática de mergulho, promoção e valorização de pontos de acesso para as atividades económicas relacionadas com o desporto e lazer no Mar; ▪ Projetos promoção do património natural e cultural, com potencial de captação de fluxos turísticos; ▪ Apoio ao investimento na proteção, promoção e desenvolvimento do património natural; ▪ Desenvolvimento de infraestruturas de apoio à visitação, nomeadamente, sinalética, trilhos, passadiços e infraestruturas de relação com a natureza; ▪ Produção e difusão de conteúdos culturais promovidos através de parcerias com entidades culturais, associações ou empresas;
	Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído (6e)	▪ Qualificação do espaço público através da criação de zonas verdes, ciclovias, vias pedonais, enquadrados em projetos de reabilitação urbana; ▪ Demolição de edifícios visando a criação de espaços públicos, desde que integrada na reabilitação do conjunto edificado envolvente; ▪ Regeneração das zonas urbanas nas frentes mar através da integração destes espaços na vivência das cidades como áreas de lazer e fruição do espaço natural contemplando intervenções em atividades de desporto e natureza, espaços renaturalizados, ciclovias, vias pedonais, entre outros; ▪ Intervenções relativas à recuperação do património edificado.
Eixo 10	Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem (11di)	▪ Ações de disseminação e partilha de informação sobre as novas formas de organização interna e de prestação de serviços públicos aos atores regionais, cidadãos e aos agentes económicos.

Relativamente aos projetos e ações previstos no capítulo 2.1, e independentemente das condições e margens para financiamento que os 3 eixos acima referidos apresentam para futuras candidaturas, é de salientar uma maior elegibilidade das ações enquadradas nos objetivos 3, 4 e 5 do POC_PortoSanto.

O Programa Operacional para a Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos retende contribuir especialmente na prioridade de crescimento sustentável, respondendo aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes. Este programa assenta em 3 eixos estratégicos:

- Eixo I - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores;
- Eixo II - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos;
- Eixo III - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.

Considerando que parte das prioridades de investimento associadas a estes eixos se concretizam, no caso da RAM, através do respetivo programa operacional (já referido), evidenciam-se no quadro seguinte as prioridades de investimento e ações elegíveis pela administração regional com relevância para a implementação do POC_PortoSanto.

Tabela 3.3. Síntese do potencial de financiamento do POSEUR

Eixo	Prioridades de investimento	Ações elegíveis
II	Reforço das capacidades de adaptação às alterações climáticas pela adoção e articulação de medidas transversais, sectoriais e territoriais (5i)	▪ Planos municipais, intermunicipais e regionais de adaptação às alterações climáticas; ▪ Planos sectoriais de adaptação às alterações climáticas e/ou integração desta; ▪ Ações imateriais do plano de ação de combate à desertificação; ▪ Sistemas de informação, modelação e cenarização; ▪ Sistemas de previsão, alerta e resposta;
	Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência, capacitando as instituições envolvidas (5ii)	▪ Intervenções na rede de infraestruturas para reforço da operacionalidade;
III	Investimentos nos recursos hídricos para a melhoria da qualidade das massas de águas	▪ Estudos para definir normativos para o estabelecimento de caudais ecológicos; ▪ Estudos necessários para melhorar e complementar os critérios de classificação das massas de água; ▪ Ações de desenvolvimento de modelos de gestão dos recursos hídricos.
	Otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, garantindo a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas, no âmbito do ciclo urbano da água	▪ Investimentos nos sistemas em baixa para controlar e reduzir perdas nos sistemas de distribuição e adução de água; ▪ Renovação de redes de abastecimento de água em baixa após ACB; ▪ Fecho de sistemas AA em baixa com vista a otimização da utilização da capacidade instalada e da adesão ao serviço; ▪ Investimentos com vista à melhoria da qualidade de água fornecida em zonas ainda com problemas; ▪ Implementação de sistemas adequados de gestão de lamas de ETA.

Relativamente aos projetos e ações previstos no capítulo 2.1, e independentemente das condições e margens para financiamento das prioridades acima referidas apresentam para futuras candidaturas, é de salientar uma maior elegibilidade das ações enquadradas nos projetos 1.3 e 2.2 do POC_PortoSanto.

O Programa MAC – Programa Operacional de Cooperação Territorial entre a Madeira, os Açores e as Canárias para o período 2014-2020 encontra-se estruturado em 5 eixos prioritários sendo de evidenciar aqueles com maior relevância para o programa de ação do POC_PortoSanto. A tabela seguinte traduz as tipologias de ações associadas a cada um destes eixos.

Tabela 3.4. Síntese do potencial de financiamento do Programa MAC 2014-2020

Tipo de ações elegíveis	Exemplos de projetos
3. Promover a adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos	
PI 5.B: Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a resiliência aos desastres e desenvolvimento de sistemas de gestão de desastres	
▪ Criação e reforço de informação, alerta e coordenação de catástrofes tendo por base o acesso às TIC, reforçando a capacidade de controlo na área da proteção civil. ▪ Elaboração e implementação de Sistemas de Informação Geográfica e Geoestatística para a avaliação, gestão e prevenção de situações de risco. ▪ Reforço da capacidade de investimento destinada a prevenir, mitigar e restaurar os efeitos negativos causados pelos incêndios florestais, inundações, fenómenos meteorológicos ou naturais, poluição marinha ou costeira e risco vulcânico e sísmico. ▪ Ações que contribuam para a melhoria do conhecimento público em matéria de riscos, através da sinalização dos locais de perigo (deslizamentos, inundações, etc.), incluindo a sensibilização da população sobre os riscos naturais.	▪ Ferramentas de alerta rápido para detetar problemas de segurança marítima e costeira no espaço de cooperação. ▪ Planos de ação para o estabelecimento de sistemas de gestão e apoio mútuo perante catástrofes naturais no espaço de cooperação. ▪ Estudos, planos de contingência e análise do território através de TIC que permitam implantar sistemas e mecanismos que minimizem riscos específicos do território como incêndios, cheias e deslizamentos de terras. ▪ Estabelecimento de mecanismos de prevenção, proteção e diminuição da vulnerabilidade de áreas concretas do território afetadas especialmente pelo risco de catástrofes naturais.
4. Conservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	
PI 6.C: Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	
▪ Valorização dos recursos naturais promovendo a criação de novos produtos/serviços complementares relacionados com o turismo sustentável e o ecoturismo. ▪ Proteção do património natural, através da sua valorização e um melhor planeamento para otimizar o uso público do património de elevado valor natural. ▪ Ações de promoção, proteção e melhoria de várias vertentes do património histórico e cultural. ▪ Ações para melhorar a qualidade das águas balneares e de lazer, bem como o acondicionamento da costa para melhorar a atração turística sustentável	▪ Criação de novos produtos e serviços no setor do ecoturismo. ▪ Criação de itinerários e rotas turísticas que valorizem os recursos naturais e culturais do território de cooperação (arqueologia, paisagem, gastronomia, etc.). ▪ Plano de Ação para o estabelecimento da Bandeira Azul nas praias do espaço de cooperação. ▪ Ações de sinalização e interpretação dos espaços naturais e de rotas de valor ambiental e paisagístico. ▪ Ações de divulgação, de formação e ambientais sobre o património natural e cultural do espaço de cooperação.
PI 6.D: Proteção e reabilitação da biodiversidade, proteção dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes	
▪ Ações para promover a melhoria do conhecimento, valorização e gestão da biodiversidade e dos ecossistemas. ▪ Pequenas infraestruturas ecológicas e equipamentos verdes em áreas naturais com proteção especial: parques nacionais e/ou regionais, áreas da Rede Natura, SIC, com especial atenção para as disposições da Diretiva Estratégia Marinha. ▪ Ações que contribuam para a melhoria do conhecimento público sobre a biodiversidade e áreas protegidas, incluindo a sensibilização da população.	▪ Criação de Redes de Parques Naturais e Reservas da Biosfera da UNESCO no espaço de cooperação. ▪ Investimentos para controlar as espécies invasoras de flora e fauna nas áreas protegidas do espaço de cooperação. ▪ Desenvolvimento de sistemas de informação para a monitorização dos ecossistemas terrestres e marinhos e melhorar o seu estado de conservação. ▪ A criação de pequenas "infraestruturas verdes" que melhorem a conexão das zonas naturais existentes e a qualidade ecológica, evitando a perda de paisagem, a fragmentação de habitats e a perda de biodiversidade. ▪ Ações de divulgação, formação e educação ambiental sobre os espaços naturais protegidos e a biodiversidade do território.
5. Reforçar a capacidade institucional e a eficiência na Administração Pública	
PI 11.A: Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficiência da administração pública através de medidas de reforço da capacidade institucional e da eficiência das administrações públicas e dos serviços públicos relacionados com a aplicação do FEDER	

Tipo de ações elegíveis	Exemplos de projetos
▪ Ações que contribuam para a criação e implementação conjunta de modelos de governança transnacional em áreas prioritárias para a integração de cooperação, tais como o transporte marítimo e aéreo, comunicações por cabo, satélite e outros, gestão de passageiros de Países Terceiros, gestão e ordenamento do território, aspetos relacionados com a gestão de fronteiras e questões legais, entre outros.	▪ Criação de uma plataforma entre os organismos competentes para promover projetos conjuntos entre o FEDER e o FED. ▪ Melhorara governança da informação estatística pública. ▪ Desenvolvimento de novas metodologias qualitativas para o planeamento e gestão estratégicas. ▪ Ações conjuntas para aumentar a transparência, eficácia e eficiência dos serviços públicos.

Relativamente aos projetos e ações previstos no capítulo 2.1, e independentemente das condições e margens para financiamento das prioridades acima referidas apresentam para futuras candidaturas, é de salientar uma maior elegibilidade das ações enquadradas nos projetos 1.1, 2.2, 2.3, 4.1 e 5.2 do POC_PortoSanto.

Considerando o prazo para implementação dos Programas Operacionais acima referidos (com eventual execução até 2023), importa evidenciar os elementos disponíveis sobre o novo período de programação 2021-2027, nomeadamente, as prioridades do Programa Portugal 2030. Este programa assentará em 8 eixos. A tabela seguinte identifica-os, assim como aos respetivos objetivos estratégicos.

Tabela 3.5. Eixos estruturantes e objetivos estratégicos definidos para o quadro Portugal 2030

Eixo estruturante	Objetivo estratégico
Inovação e Conhecimento	Assegurar as condições de competitividade empresarial e o desenvolvimento da base científica e tecnológica nacional para uma estratégia sustentada na inovação
Qualificação, Formação e Emprego	Assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social nacional, assegurando a sustentabilidade do emprego
Sustentabilidade demográfica	Travar o envelhecimento populacional e assegurar a sustentabilidade demográfica, assegurando simultaneamente a provisão de bens e serviços adequados a uma população envelhecida
Energia e alterações climáticas	Assegurar as condições para a diminuição da dependência energética e de adaptação dos territórios às alterações climáticas, nomeadamente garantindo a gestão dos riscos associados
Economia do Mar	Reforçar o potencial económico estratégico da Economia do Mar, assegurando a sustentabilidade ambiental e dos recursos marinhos
Competitividade e coesão dos territórios do litoral	Assegurar a dinâmica económica e a coesão social e territorial dos sistemas urbanos atlânticos
Competitividade e coesão dos territórios do interior	Reforçar a competitividade dos territórios da baixa densidade em torno de cidades médias, potenciando a exploração sustentável dos recursos endógenos e o desenvolvimento rural, diversificando a base económica para promover a sua convergência e garantindo a prestação de serviços públicos
Agricultura/florestas	Promover um desenvolvimento agrícola competitivo com a valorização do regadio, a par de uma aposta estratégica reforçada na reforma florestal

Adicionalmente, existe um conjunto de fundos europeus cuja gestão é centralizada nas instituições europeias, mas nos quais poderão ser encontradas sinergias de financiamento para as atividades previstas:

- Programa LIFE
- Programa Interreg Espaço Atlântico
- Subvenções no âmbito do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)
- Programa Europa Criativa

O **Programa Life** é o principal programa para o ambiente da União Europeia. O Life está estruturado em dois subprogramas, ambiente e ação climática, que por sua vez prosseguem vários domínios prioritários.

O orçamento máximo fixado para o período de 2018-2020 foi de €1.657.063.000. No âmbito do programa de trabalho para este período e tendo em conta os objetivos do POC_PortoSanto identificam-se na tabela seguinte os domínios prioritários de interesse.

Tabela 3.6. Domínios prioritários do Programa Life para o POC_PortoSanto, no período 2018-2020

Subprograma	Domínio Prioritário	Prioridade Temática
Ambiente	▪ Ambiente e Eficiência dos Recursos	▪ Água, incluindo o ambiente marinho
		▪ Resíduos
	▪ Natureza e Biodiversidade	▪ Natureza
		▪ Biodiversidade
	▪ Governação e informação em matéria de ambiente	▪ Governação e Informação Ambientais
Ação Climática	▪ Mitigação das alterações climáticas	▪ -
	▪ Adaptação às alterações climáticas	▪ -
	▪ Governação e informação em matéria de clima	▪ -

O **Programa Interreg Espaço Atlântico** é parte integrante da política de coesão da União Europeia, apoiando projetos de cooperação entre 36 regiões Atlânticas de cinco países: França, Irlanda, Portugal, Espanha e Reino Unido.

O objetivo global é implementar soluções para responder aos desafios regionais conjuntos nos domínios da inovação, da eficiência dos recursos, do ambiente e dos bens culturais, apoiar o desenvolvimento regional e o crescimento sustentável. Dentro das prioridades apoiadas foram identificados na tabela seguinte os objetivos com maiores sinergias com o POC Porto Santo.

Tabela 3.7. Síntese do potencial de financiamento do Programa Interreg Espaço Atlântico

Prioridades	Objetivos Específicos
Promover a eficiência dos recursos	▪ Promover o crescimento verde, a eco inovação e a eficiência ambiental
Fortalecer a resiliência do território face aos riscos de origem natural, climática e humana	▪ Fortalecer sistemas de gestão de riscos
Valorizar a biodiversidade e os ativos naturais e culturais	▪ Melhorar a proteção da biodiversidade e dinamizar os serviços de ecossistemas
	▪ Valorizar os ativos naturais e culturais para estimular o desenvolvimento económico

O **FEAMP** representa um dos cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus que se complementam entre si para promover mais emprego e crescimento na UE. Tem um orçamento global de 6,4 mil milhões de euros para o período de 2014-2020.

Através do lançamento de convites à apresentação de propostas lançados anualmente, o FEAMP apoia através de subvenções diversas ações relacionadas com o mar e as pescas. No âmbito por exemplo da call de 2019 está previsto o apoio a projetos relacionados com o ordenamento do espaço marítimo onde se poderiam incluir ações relacionadas com os objetivos 2 e 5 do POC Porto Santo.

O **Programa Europa Criativa** é o programa da União Europeia de apoio aos setores cultural e criativo. O programa terá uma duração de 7 anos (2014 – 2020) e um orçamento de € 1,4 mil milhões. É o programa que congrega os anteriores programas MEDIA, MEDIA Mundus e CULTURA.

No âmbito do subprograma da Cultura poderão existir apoios a projetos de cooperação relacionados com a Medida 4.1 do POC Porto Santo, nomeadamente com o Projeto 4.1.2 relacionado com a promoção do desenvolvimento de rotas turísticas assentes no património natural que potenciem a interface terra-mar.

A acrescentar a estas fontes de financiamento, devem sempre ser mencionadas aquelas que não dependem de conjunturas temporais, tais como os Fundos da Administração Local ou fundos privados com recurso a financiamentos bancários.

versão discussão pública

ANEXO – FICHAS

Página propositadamente deixada em branco

versão discussão pública

medida		
Medida_1.1 Proteger e valorizar os recursos naturais, culturais e paisagísticos		
objetivo		
A salvaguarda e valorização ambiental dos recursos naturais e do património cultural, natural e paisagístico		
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
61.000,00€	18.000,00€	43.000,00€

Projeto_1.1.1

Promoção de ações de recuperação e valorização do coberto vegetal associado aos corredores ripários e às arribas e vertentes

incidência territorial	observações	
município	Esta ação deve incluir iniciativas de sensibilização para a importância de manter as linhas de água e os leitos de cheia limpos e desobstruídos	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM, IFCN e privados	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
36.000,00€	15.000,00€	21.000,00€

Projeto _1.1.2

Divulgação de incentivos e sensibilização das populações para a necessidade de valorização do coberto vegetal com cortes seletivos e substituição por autóctones

incidência territorial	observações	
município	No âmbito desta ação especial importância deve ser dada a iniciativa de controlo e erradicação das espécies vegetais invasoras, bem como o controlo de algumas espécies existentes no sistema dunar como a tamarix	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
IFCN	CM, DROTA, Associações	II (médio/longo prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
15.000,00€	-	15.000,00€

Projeto _1.1.3

Promoção de um programa de recolha seletiva de resíduos das zonas costeira como contributo à melhoria das condições de salubridade e da paisagem

incidência territorial	observações	
município		
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM e escolas, ONG	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
10.000,00€	3.000,00€	7.000,00€

medida		
Medida _1.2 Garantir a articulação e gestão integrada com as áreas de especial interesse natural, cultural e paisagístico		
objetivo		
A salvaguarda e valorização ambiental dos recursos naturais e do património cultural, natural e paisagístico		
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
75.000,00€	75.000,00€	

Projeto _1.2.1

Acompanhamento das ações do Plano de Ordenamento e Gestão da Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo de forma a garantir a integração e articulação dos objetivos comuns

incidência territorial	observações	
Área de intervenção do POC_ PortoSanto		
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM, IFCN, APRAM	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
5.000,00€	5.000,00€	-

Projeto _1.2.2

Acompanhamento das ações do GEOPARQUE de Porto Santo, de forma a garantir a integração e articulação com os princípios e objetivos inerentes à sua classificação

incidência territorial	observações	
Área de intervenção do POC_ PortoSanto	Considera-se que o acompanhamento proposto, similar ao da AMP, deve abranger não só os geossítios do GeoParque mas, de uma forma geral os georecursos existentes. Para além do acompanhamento é extremamente importante a promoção dos valores e singularidades e história geomorfológicas e dos recursos geológicos e desenvolvimento de um plano de salvaguarda, promoção e valorização destes georecursos e do seu potencial como produto estruturado.	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM, Geoparque Porto Santo – Porto Santo	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
70.000,00€	70.000,00€	-

medida		
Medida _1.3 Promover o uso sustentável dos recursos hídricos		
objetivo		
A salvaguarda e valorização ambiental dos recursos naturais e do património cultural, natural e paisagístico		
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
20.000,00€	6.000,00€	14.000,00€

Projeto _1.3.1

Sensibilização da população em relação à necessidade de promover o uso sustentável da água

incidência territorial	observações	
município	Garantir a internalização de medidas destinadas a toda a população da ilha, associadas a eficiência e redução de consumo de água, em casa, nos espaços exteriores e jardins, incluindo a poupança de energia pelos efeitos que tem na poupança de água. Abranger os setor turístico enquanto destinatário do projeto, atendendo aos custos energéticos do processo de dessalinização. Abranger sensibilização para ações de aproveitamento de águas pluviais.	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM, ONG, escola, população em geral	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
10.000,00€	3.000,00€	7.000,00€

Projeto _1.3.2

Acompanhamento da evolução dos consumos e das necessidades de água tendo em consideração o desenvolvimento previsto, nomeadamente no setor do turismo

incidência territorial	observações	
município		
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
CM	DROTA	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
-	-	

Projeto _1.3.3

Incremento da fiscalização dos potenciais de focos poluidores na orla costeira e a monitorização dos sistemas de saneamento, quer do municipal quer dos privados

incidência territorial	observações	
município		
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM e DROTA	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
10.000,00€	3.000,00€	7.000,00€

medida		
Medida _2.1 Promover o uso sustentável dos recursos hídricos		
objetivo		
Prevenir e reduzir as situações de riscos costeiros, os impactes ambientais, sociais e económicos e a vulnerabilidade às alterações climáticas		
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
3.500.000 €	1.700.000 €	1.800.000 €

Projeto _2.1.1

Reposição do cordão dunar nas situações previstas

incidência territorial	observações	
Costa sul da área de intervenção	As áreas propostas estão identificadas no Modelo Territorial e nos planos de praia, sem prejuízo de serem identificadas outras áreas face aos resultados da monitorização. Nos estudos de proteção e recuperação das dunas, especialmente nas extensões mais críticas e onde já se registam acentuadas arribas de erosão na sua base, será ponderado a implantação de uma fiada de aderente à base da arriba constituída por cilindros alinhados de confinamento em areias, em materiais geossintéticos. O diâmetro e as cotas de implantação serão estudados e o material será de cor ocre e resistente às ações das radiações UV. O enchimento dos cilindros será hidráulico (bombagem local de areias e água do mar). Esta proteção resistente será recoberta com areias da praia (preferencialmente provenientes de alimentação artificial e utilizando meios terrestres) de forma a minimizar o impacto da sua presença. Trata-se de uma intervenção do tipo "soft", pouco impactante e reversível já que na sequência da monitorização do seu comportamento pode ser reforçada ou facilmente removida. Prevê-se a implantação de uma ou duas extensões iniciais, num total de 300 m. Após monitorização e se tal se revelar como necessária, a extensão total poderá atingir os 1000 m. A estimativa orçamental reflete um investimento médio de 100.000,00€ /ano embora a sua distribuição deva resultar dos projetos em curso ou a desenvolver. Inclui ações posteriores de conservação / manutenção.	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM, IFCN	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
500.000,00€	200.000,00€	300.000,00€

Projeto _2.1.2

Alimentação artificial das praias

incidência territorial	observações	
Costa sul da área de intervenção	A alimentação artificial das praias é uma medida prioritária face aos riscos costeiros existentes. Assim, propõe-se a monitorização da deposição submersa de sedimentos realizada em 2018, a elaboração de um projeto de execução de uma alimentação artificial com emersão / imersão da ordem dos 500 000 m^3 e a concretização desse projeto de uma forma faseada ou não. Nos estudos de alimentação artificial da praia, especialmente numa extensão imediatamente a poente do quebramar poente do porto, será ponderado a implantação de uma fiada submersa (recife artificial) constituída por cilindros de confinamento em areias, em materiais geossintéticos. Esta intervenção destina-se a mitigar os movimentos transversais de areias, no sentido da praia para a entrada do porto, de forma a tentar manter os sedimentos na praia e reduzir ou retardar o assoreamento na entrada do porto de forma a não pôr em causa a operacionalidade da navegação e melhorando as condições balneares locais. O diâmetro e as cotas de implantação dos cilindros serão estudados e o material será de cor ocre e resistente às ações das radiações UV. O enchimento dos cilindros será hidráulico (bombagem de areias e água do mar) e poderá inserir-se na empreitada de alimentação artificial da praia do Porto Santo. Prevê-se a implantação de uma extensão não superior a 150 m.	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM, APRAM	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
3.000.000,00€	1.500.000,00€	1.500.000,00€

Projeto _2.1.3

Eliminação de obstáculos à dinâmica natural do sistema dunar

incidência territorial	observações	
Costa sul da área de intervenção	As estruturas que constituem obstáculos à dinâmica do sistema dunar devem ser relocalizadas ou alteradas para estruturas que permitam esta dinâmica natural. Consistem essencialmente de muros/vedações que se encontram na frente do sistema dunar e que impedem a evolução deste sistema.	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM, privados	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
-	-	-

medida

Medida _2.2

Promover a monitorização da área de intervenção

objetivo

Prevenir e reduzir as situações de riscos costeiros, os impactes ambientais, sociais e económicos e a vulnerabilidade às alterações climáticas

estimativa orçamental	curto prazo	médio/longo prazo
€ 525.000	€ 445.000	€ 80.000

Projeto _2.2.1

Monitorização geotécnica de arribas e vertentes

incidência territorial	observações	
Costa norte da área de intervenção	Deverá ser elaborado um plano de monitorização com os seguintes objetivos: ▪ Estudar e quantificar os fenómenos associados à instabilidade, tais como modelos de rotura, mecanismos envolvidos, evolução no tempo, etc.; ▪ Possibilitar a avaliação de riscos baseada em dados reais, permitindo acionar os mecanismos adequados à proteção das populações e dos seus bens, incluindo a eventual instalação de sistemas de alerta e aviso; ▪ Contribuir para a escolha das soluções mais corretas para intervenções de estabilização, em casos em que tal se justifique. A frequência dos locais a monitorizar ao longo de toda a ilha deverá ser estabelecida considerando a importância de um sistema suficientemente flexível para ser ajustado ao longo do tempo e, ao mesmo tempo, permitir o tratamento de informação em tempo útil Inclui campanha experimental dos 3 primeiros anos Garantir a articulação com o PREPC da RAM e com a Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas da RAM – Estratégia CLIMA-Madeira, bem como com os respetivos indicadores de monitorização.	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM, IFCN	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
200.000,00€	200.000,00€	

Projeto _2.2.2

Monitorização das faixas de salvaguardada aos riscos costeiros (erosão e galgamentos e inundação)

incidência territorial	observações	
município	Elaboração de levantamentos regulares das marcas de erosão e de galgamentos e inundações na praia de Porto Santo. Definição de pontos de levantamentos e recolha periódica de dados. Realização de um levantamento topo-hidrográfico global e elaboração do correspondente modelo digital do terreno desde a batimétrica – 15 até uma faixa terrestre de 100 m a contar da cota do Zero Topográfico. Garantir a articulação com o PREPC da RAM e com a Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas da RAM – Estratégia CLIMA-Madeira, bem como com os respetivos indicadores de monitorização.	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM, APRAM	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
150.000€	100.000€	50.000€

Projeto _2.2.3

Aprofundamento dos estudos para a definição das faixas de salvaguardada aos riscos costeiros (erosão e galgamentos e inundação)

incidência territorial	observações	
município	Elaboração de planos de agitação e aplicação de modelos hidromorfológicos à vertente sul, recorrendo a topo-hidrográfica detalhada e atualizada, de forma a aprofundar os conhecimentos disponíveis e aperfeiçoar as projeções com vista a uma melhor fundamentação da delimitação das faixas de salvaguarda aos riscos costeiros.	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM, APRAM	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
100.000€	70.000€	30.000€

Projeto _2.2.4

Monitorização da qualidade ecológica e ambiental

incidência territorial	observações	
Município e zona marítima de proteção	A monitorização dos habitats e da biodiversidade na área de intervenção tem os seguintes objetivos: ▪ Avaliar o estado da diversidade e da sua dinâmica nas zonas de sensibilidade ecológica (principalmente nas áreas indispensáveis à utilização sustentável da orla costeira, identificador de eventuais fatores de degradação); ▪ Avaliar o estado das populações de espécies exóticas e dos resultados das medidas que venham a ser tomadas para o seu controle ou erradicação; ▪ Avaliar a transformação do território com indicadores quantitativos. Deve ser estabelecido um plano de monitorização que defina os pontos de amostragem atendendo aos objetivos definidos, bem como a periodicidade da monitorização e os indicadores e resultados a produzir	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM, ONG	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
50.000,00€	50.000,00€	-

Projeto _2.2.5

Monitorização do domínio hídrico marítimo, das praias marítimas e das construções

incidência territorial	observações	
DPM	Deve ser elaborado um plano de monitorização das ocupações do DPM, bem como monitorizar as ações propostas pela POC para o DPM, aferir a qualidade dos serviços de utilidade pública prestados nas praias marítimas de uso balnear e avaliar os parâmetros de dimensionamento das praias em função de eventuais alterações às condições iniciais dos projetos. Articular com resultados da ligação com os resultados das ações 2.2.1 a 2.2.3	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM, privados	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
25.000,00€	25.000,00€	-

medida

Medida _2.3

Promover ações de sensibilização sobre as situações de risco

objetivo

Prevenir e reduzir as situações de riscos costeiros, os impactes ambientais, sociais e económicos e a vulnerabilidade às alterações climáticas

estimativa orçamental	curto prazo	médio/longo prazo
175.000,00€	22.500,00€	152.500,00€

Projeto _2.3.1

Realização de campanhas de sensibilização sobre as áreas de risco na zona costeira

incidência territorial	observações	
município	Articular com as orientações previstas no Plano Regional de Emergência de Proteção Civil e respetiva análise de riscos, e no Plano das Alterações Climáticas	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM, IFCN	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
25.000,00€	7.500,00€	17.500,00€

Projeto _2.3.2

Sinalização das faixas de risco nos acessos à orla costeira

incidência territorial	observações	
município	Refira-se a título de exemplo a zona da Ponta da Calheta	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
50.000,00€	15.000,00€	35.000,00€

Projeto _2.3.3

Criação de mecanismos de alerta para situações de risco

incidência territorial	observações	
município		
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
Serviço Regional de Proteção Civil	DROTA, CM	II (médio/longo prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
100.000,00€		100.000,00€

medida

Medida _3.1

Concretizar os planos de praias

objetivo

Valorizar os usos e atividades costeiras e qualificar as praias marítimas enquanto ativo natural, social e económico

estimativa orçamental	curto prazo	médio/longo prazo
502.895 €	376.965 €	125.930 €

Projeto _3.1.1

Requalificação da praia tipo I

incidência territorial	observações	
município	Diz respeito a intervenção ao nível do parque de estacionamento	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM, concessionários	
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
109.700€	109.700€	-

Projeto _3.1.2

Requalificação das praias tipo II

incidência territorial	observações	
município	Diz respeito a intervenção ao nível dos acessos viário e pedonal	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM, concessionários	
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
31.820€	31.820€	-

Projeto _3.1.3

Requalificação das praias tipo III

incidência territorial	observações	
	Diz respeito a intervenção ao nível dos acessos viário e pedonal e do estacionamento	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM, concessionários	
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
237.675 €	160.045 €	77.630 €

Projeto _3.1.4

Requalificação das praias tipo IV

incidência territorial	observações	
	Diz respeito a intervenção ao nível dos acessos viário e pedonal e do estacionamento	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM, concessionários	
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
123.700 €	75.400 €	48.300 €

medida

Medida _4.1

Incentivar o desenvolvimento de atividades e usos diversificados específicos da orla costeira

objetivo

Promover o desenvolvimento sustentável da orla costeira através de uma abordagem prospetiva, dinâmica e adaptativa, que fomente a sua competitividade enquanto espaço produtivo, gerador de riqueza e emprego

estimativa orçamental	curto prazo	médio/longo prazo
190.000 €	40.000 €	150.000 €

Projeto _4.1.1

Promover o desenvolvimento de atividades de recreio e desportos náuticos diversificados

incidência territorial	observações	
município	Inventariar as atividades e os agentes existentes de modo a identificar forma de alargar e diversificar a oferta de atividades desportivas e de lazer, em especial as náuticas	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	Capitania, CM, Direção Regional do Turismo	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
-	-	-

Projeto _4.1.2

Promover o desenvolvimento de rotas turísticas assentes no património natural que potenciem a interface terra-mar

incidência territorial	observações	
município	Inventariar os recursos patrimoniais, conceber duas a três rotas destinadas a públicos diversos, sua concretização, dinamização e divulgação. A estratégia e estruturação destes produtos ou elementos deverá assentar em modelos de desenvolvimento e envolvimento que permitam alavancar o território como um modelo singular de desenvolvimento equilibrado da biosfera no seu conjunto, em que o homem, as suas tradições, cultura, sociedade e desenvolvimento é um dos seus elementos.	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
CM	Direção Regional do Turismo, agentes turísticos locais, IFCN, GEOPARQUE Porto Santo	II (médio/longo prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
150.000€		150.000€

Projeto _4.1.3

Incentivar o desenvolvimento da agricultura biológica

incidência territorial	observações	
município	Apoiar e divulgar as opções e os incentivos propostos pelo setor. O desenvolvimento de ações de incentivo a este nível deverá assentar em princípios e processo participativos, estratégias e instrumentos que envolvam os proprietários e os utilizadores do território na conservação e no uso adequado dos valores e recursos naturais, culturais e paisagísticos (ex: processos de custódia do território e articulação com o projeto do POMAC 2014-2020 de Custódia do Território e Ecoturismo na Macaronésia).	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
CM	DR Agricultura, IFCN	II (médio/longo prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
-	-	-

Projeto _4.1.4

Acompanhamento e articulação das Ações 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3 com projetos de Custódia do Território em desenvolvimento na RAM

incidência territorial	observações	
município	Deve incluir iniciativas de articulação com projetos de custódia do território que complementem e suportem os projetos 4.1.1 a 4.2.3. Ou seja, os processos e métodos para a sua implementação deverão assentar em princípios e processos participativos, estratégias e instrumentos que envolvam os proprietários e os utilizadores do território na conservação e no uso adequado dos valores e recursos naturais, culturais e paisagísticos (ex: processos de custódia do território e articulação com o projeto do POMAC 2014-2020 de Custódia do Território e Ecoturismo na Macaronésia.)	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
IFCN	CM; DROTA; DR Turismo, DR Agricultura; GEOPARQUE Porto Santo; privados	II (médio/longo prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
-	-	-

Projeto _4.1.5

Acompanhar a revisão do Plano de Ordenamento do Porto

incidência territorial	observações	
Área de jurisdição portuária	Garantir a articulação com as opções do POC_PortoSanto	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
APRAM	Capitania, DROTA, CM	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
50.000€	50.000€	-
medida		

Medida _4.2

Promover a qualidade de vida da população

objetivo		
Promover o desenvolvimento sustentável da orla costeira através de uma abordagem prospetiva, dinâmica e adaptativa, que fomente a sua competitividade enquanto espaço produtivo, gerador de riqueza e emprego		
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
2.400.000€	0	2.400.000€

Projeto _4.2.1

Requalificação da frente urbana de Vila Baleira

incidência territorial	observações	
município	A operação inclui a ampliação da marginal, a demolição de alguns edifícios, a recomposição urbanística e o recuo da frente urbana	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
CM	DROTA	II (médio/longo prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
1.500.000€		1.500.000€

Projeto _4.2.2

Promover a elaboração de PMOT para a frente marítima não regulamentada pelo atual PDM

incidência territorial	observações	
município	Elaboração de PU ou PP que resolva o vazio legal existente e regule a ocupação de parte da frente marítima em consonância com as opções do POC_PortoSanto	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
CM	DROTA	II (médio/longo prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
80.000€		80.000€

Projeto _4.2.3

Ampliar a rede clicável e incentivar os modos suaves de circulação

incidência territorial	observações	
município	Inclui aumento da rede de ciclovias, melhoria da sinalização e aumento de locais de aluguer de bicicletas. Ponderação de inclusão de modos suaves coletivos (por exemplo: Mini bus elétricos ao longo da faixa da praia; transferes de hotel com minibus elétricos), em articulação com o projeto 4.2.4.	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
CM	privados	II (médio/longo prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
750.000€		750.000€

Projeto _4.2.4

Promover uma rede de transportes públicos

incidência territorial	observações	
município	Elaboração de estudo sobre a rede de transportes público que reequacione as áreas a servir, a tipologia dos meios a utilizar de forma incentivar a sua utilização quer pela população quer pelos que visitam a ilha. Privilegiar utilização de veículos elétricos.	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
CM		II (médio/longo prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
70.000,00€		70.000,00€
medida		

Medida _5.1

Garantir a articulação e integração do POC_PortoSanto nos restantes instrumentos de gestão territorial

objetivo		
Assegurar a integração de políticas e de instrumentos de gestão territorial num quadro de governança partilhada deviamente monitorizado		
estimativa orçamental	curto prazo	médio/longo prazo
0€	0€	0€

Projeto _5.1.1

Articular e assegurar a transposição das diretivas do POC_PortoSanto para os PMOT

incidência territorial	observações	
município		
entidade líder	parceiros	prioridade
DROTA	CM, IFCN	I (curto prazo)
estimativa orçamental	curto prazo	médio/longo prazo
-	-	-

Projeto _5.1.2

Articular e assegurar a transposição das diretivas do POC_PortoSanto para os restantes instrumentos de política

incidência territorial	observações	
município	Programas setoriais e Plano das Alterações Climáticas	
entidade líder	parceiros	prioridade
DROTA	CM, IFCN	I (curto prazo)
estimativa orçamental	curto prazo	médio/longo prazo
-	-	-

versão discussão

medida		
Medida _5.2 Incentivar a gestão integrada e partilhada da orla costeira		
objetivo		
Assegurar a integração de políticas e de instrumentos de gestão territorial num quadro de governança partilhada deviamente monitorizado		
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
25.000€	21.000€	3.5000€

Projeto _5.2.1

Constituição de uma estrutura de missão para a monitorização do POC_PortoSanto

incidência territorial	observações	
Área de intervenção do POC_ PortoSanto	Definição do modelo de governação e do sistema de funcionamento (periodicidade e formas de articulação). Elaboração da respetiva orgânica.	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM, Capitania	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
5000,00€	1.500,00€	3.500,00€

Projeto _5.2.2

Promoção de um grupo intersectorial para a gestão integrada e partilhada da orla costeira do Porto Santo

incidência territorial	observações	
município	Definição do modelo de governação e do sistema de funcionamento (periodicidade e formas de articulação). Elaboração da respetiva orgânica.	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM, IFCN	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
20.000,00€	20.000,00€	-

Projeto_5.2.3

Promoção de protocolos de cooperação institucional

incidência territorial	observações	
município	Deve incluir os protocolos necessários para a boa governança da orla costeira, destacando-se os seguintes: - Definição de protocolos de intervenção e requalificação das praias balneares e da orla costeira com os diferentes atores, em particular com os turísticos; - Acompanhamento da implementação e execução das ações previstas no PGRH RAM de forma a garantir a integração e articulação dos objetivos comuns e definição de sinergias de cooperação entre entidades; - Desenvolver mecanismos de partilha e de gestão de informação entre entidades que permita uma gestão mais efetiva e eficiente na implementação das medidas associadas à mitigação e adaptação das alterações climáticas	
entidade líder	**parceiros**	**prioridade**
DROTA	CM, IFCN, APRAM	I (curto prazo)
estimativa orçamental	**curto prazo**	**médio/longo prazo**
-	-	-

Página propositadamente deixada em branco

versão discussão pública

Página propositadamente deixada em branco

versão discussão pública

–

Matosinhos
R.Tomás Ribeiro, nº412 – 2º
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150
Fax (+351) 229 399 159

Lisboa
Av. 5 de Outubro
nº77 – 6º Esq
1050-012 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200
Fax (+351) 213 513 201

geral@quaternaire.pt
www.quarternaire.pt
–